

Modernização da economia pode render US\$ 15 bi

**Adriana Chiarini
Rosenildo Ferreira**

O Governo Federal poderá receber uma injeção de recursos da ordem de 15 bilhões de dólares em 1993. Este montante refere-se ao aumento da receita previsto nos projetos de lei e emendas constitucionais, em exame no Congresso Nacional. A lentidão dos parlamentares em aprovar propostas consideradas vitais para modernização da economia, levou o presidente Fernando Collor a desferir ataques contra o Congresso em seu último pronunciamento.

Como todas as matérias são polêmicas e exigem quorum qualificado (dois terços) para aprovação, os relatores das Comissões Especiais, que analisam o "Emendão", são unâmines em dizer que só colocarão o parecer em votação depois de amplo acordo.

"Sou flexível e admito mudanças em todos os pontos do meu relatório desde que o espírito inicial seja preservado", proclama o

deputado Nei Lopes (PFL/RN), encarregado de relatar o capítulo que permite a atuação do setor privado nas áreas de telecomunicações, prospecção e refino de combustíveis.

O relatório preliminar recebeu inúmeras críticas da chamada "Bancada Parlamentar Nacionalista", além de colocar o deputado como protagonista em cartazes onde ele era acusado de traidor do povo. Na justificativa, elaborada ainda na gestão da ministra Zélia Cardoso de Mello, não são apresentados ganhos com estas medidas: "Mas já está claro que o Estado sozinho, não tem condições de fazer os investimentos necessários para bancar estes setores", lembra Nei Lopes.

Por sua vez, o relator do chamado "Emendão Fiscal", deputado Benito Gama (PFL/BA) recebeu a espinhosa missão de incluir em seu parecer as medidas previstas no ajuste fiscal. Estes itens possibilitariam uma injeção de quase 15 bilhões de dólares, por ano, nos cofres do Governo.

Apesar de a necessidade do

ajuste fiscal ser um consenso no Congresso, os parlamentares de oposição criticam a forma como o Governo encaminha as propostas. A principal queixa refere-se à frustrada manobra de tentar incluir as medidas do ajuste, no parecer do deputado Benito Gama.

FCVS — Para contornar o problema, os líderes dos partidos que dão sustentação ao Governo, acertaram com a oposição a montagem de nova comissão, mantendo os antigos integrantes. O "Emendão Fiscal" prevê a criação do imposto sobre combustíveis cujos recursos serão utilizados para conservação e manutenção dos 80 mil quilômetros de rodovias federais.

Além disto, foi incluída a proposta de criação do Imposto sobre o saldo devedores dos contratos da casa própria sobre a parcela, não coberta pelo Fundo de Compensação das Variações Salariais (FCVS). Esta medida fez parte do Plano Collor II — editado em fevereiro de 1991 — mas foi rejeitada em plenário.